



RELATÓRIO FINAL ANEXO 4



**POLÍTICA DE
HABITAÇÃO**

DAR VOZ AOS CIDADÃOS



COMENTÁRIOS ABERTOS – A VOZ DOS CIDADÃOS

Comentários abertos – a voz dos cidadãos

A fim de garantir uma melhor expressão da opinião dos inquiridos, foi criado nos questionários “Política de Habitação - Dar voz aos cidadãos” um campo destinado a **Opinião**, para colocação de comentário aberto, sendo obrigatório assinalar a autorização, ou não autorização, de publicação integral ou parcial do mesmo.

Foi recebido no campo “opinião” do questionário “Política de Habitação- Dar voz aos cidadãos um total de **423** comentários abertos, dos quais **343** autorizam a publicação (integral ou parcial) e **80** não autorizam.

Os comentários cuja publicação foi autorizada constam deste Anexo, com indicação do número de ordem (que depende da hora de entrada do questionário no sistema de apuramento), do escalão etário e da tipologia do sítio em que reside o inquirido. Não se incluiu o distrito ou concelho de residência para não pôr em causa o anonimato das respostas.

A publicação dos comentários cuja publicação foi autorizada foi sujeita ao critério editorial que acompanhava o questionário e que se transcreve:

“Não serão publicados dados pessoais nem matérias com conteúdo racista, xenófobo, sexista, difamatório ou atentatório da dignidade de todas as pessoas, seja qual for a sua condição, origem ou percurso.”

Em função deste critério, alguns dos comentários que aqui se publicam são excertos dos comentários originais.

Estes comentários foram analisados e classificados, juntamente com os que não autorizam a publicação, conforme explicitado nos capítulos 3.10 e 3.11 do Relatório final.

- **Transcrição dos Comentários**

2 – Entre 18 e 35 anos - Mundo rural

É óbvio que a reabilitação é importante, não só hoje, como sempre. No entanto, até que ponto deve ser entendida como uma regra? Concordo que esta medida deve ser defendida, não só para evitar desertificações, como perdas de património. Ainda assim, acredito que cada caso é um caso e que devem ser ouvidas outras opções e ponderadas as melhores soluções, não só para o estado nem só para o município, mas também em prol das capacidades da população residente nas várias regiões. O objectivo, não passará decerto, por atrair apenas novas populações, quando não foram criadas condições para manter as que aí viviam. Mais, a reabilitação não deveria ser usada para lucro do próprio município. Se existem casas desabitadas há que criar motivações económicas para além de políticas de habitação ou arrendamento. Penso que o problema da reabilitação ou da construção nova deixará de existir se existir emprego, se existirem redes de transportes e se os impostos forem ajustados aos salários, isto é, sem impedir totalmente o poder de compra e o desenvolvimento económico.

5 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Na pergunta 9 (Renda acessível é uma renda que não ultrapassa 40% do rendimento disponível da família) devia uma percentagem que não ultrapasse os 30 por cento.

8 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Ao nível da habitação social é urgente a mudança de paradigma dos "chamados bairros sociais" enveredando por habitações adquiridas ou arrendadas pelas autarquias/estado, de forma aleatória e individualizada, inserida nos vários imóveis existentes.

11 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Em virtude do aumento do turismo (...) o arrendamento é escasso ou praticamente inexistente e excessivamente caro e o valor para compra de habitações igualmente demasiado elevado, sendo difícil comportar o seu custo para a maioria da população, devendo haver uma intervenção do Governo, através de melhores condições e desburocratização da compra, reconstrução e construção de habitações quer para arrendamento quer para venda.

14 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

Jovens que queiram arrendar uma casa, o mês de caução deveria ser pago pelo Estado pois quem ganha pouco não consegue pagar 2 meses num só. A alimentação e restantes custos já são bastante elevados.

24 - Entre 36 e 65 anos - Zona rural mista com indústria

Acho muito inteligente esta proposta de pôr os cidadãos a comentar sobre uma situação que é importantíssima para todos! E claro que isto teria muito pano para mangas, pois nestas entrelinhas, há muito a dizer... As pessoas têm que ser apoiadas, sem dúvida nenhuma, mas também tem que ser responsabilizadas, por a oportunidade que se lhes dá de terem uma vida com mais dignidade, mas conservarem o que todos (Estado) nós ajudamos a pagar, e às vezes com tanta dificuldade! A isso chama-se gratidão.

27 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

É primordial envolver as juntas de freguesia na verificação da percentagem de fogos dedicados ao aluguer de curta duração nos grandes centros urbanos, e promover legislação no sentido de controlar a percentagem de fogos disponíveis para aluguer de curta duração e longa. A gentrificação de Lisboa e Porto está não só a descaracterizar muitas freguesias como a empurrar as novas gerações para fora dos centros urbanos, para longe de apoios familiares, e mais tempo e despesa em transportes.

28 - Entre 18 e 35 anos - Mundo rural

Uma das políticas para a habitação a implementar seria a penalização através do agravamento do IMI e/ou a expropriação do imóvel devoluto aos seus proprietários, e criar um "banco" desses imóveis expropriados para venda a valores acessíveis ou através da plataforma e-leilões. Outra política de habitação, era o desagravamento ou isenção da taxa de IMI para quem interviesse nas suas habitações arrendadas e melhorasse a classe energética para B ou superior.

29 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Em cidades com Lisboa, mais importante do que atribuir benefícios fiscais, como IVA a taxa reduzida para obras de reabilitação urbana, é atualmente estimular a regeneração de vazios urbanos com apoios idênticos p construção nova para arrendamento.

32 - Entre 36 e 65 anos - Vila litoral

Se o Estado não passar a dar, em conjunto com municípios, mais apoios habitacionais, eu (*desabafo pessoal*). AJUDEM-NOS obrigada

34 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

A obra nova também é urgente nos grandes centros, em zonas não colmatadas. Deviam ser aplicadas nessas áreas os mesmos incentivos fiscais da reabilitação urbana, como foco na obra nova destinada a arrendamento. Trata-se de regeneração urbana, fundamental para que as zonas consolidadas envolventes, ou bairros sociais isolados possam reestruturar-se como zonas habitacionais de qualidade.

36 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

Uma redução de 20%, actualmente, não coloca a renda de uma habitação num centro urbano acessível. Os alugueres de curta duração deveriam ser mais taxados e fiscalizadas as situações de aluguer não declarado.

43 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

Ao nível dos municípios, a política de habitação deve passar pela aposta na reabilitação de património próprio, bem como na construção nova em terrenos igualmente pertencentes ao património municipal.

49 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Estou convicto que uma nova geração de políticas públicas de habitação só terá sucesso se associada a uma igualmente nova geração de política pública de cidade, que privilegie, entre outras coisas: i) a reabilitação urbana (o construído), em detrimento da construção nova (o urbanizável ou expectante); ii) a discriminação fiscal positiva apenas para intervenções de reabilitação urbana; iii) a instituição de práticas de conservação e manutenção do existente; iv) a simplificação regulamentar; etc..

51 - Entre 36 e 65 anos - Centro da cidade, a 500 metros do Centro Histórico

Não concordo com habitações sociais pois geram discriminações e injustiças. O apoio à habitação deve ser feito através de subsídio de renda. O Estado devia apoiar as famílias que entraram em situação de falência ou dificuldade económica originada pelos cortes inconstitucionais nos salários e subsídios de férias e natal e alargar a suspensão da venda da casa penhorada em todas as execuções e não só nas execuções fiscais, pois estamos perante uma brutal desigualdade, e com retroactividade.

62 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

O apoio do Estado deverá ser focado no suporte à reabilitação de habitação antiga/devoluta em troca de colocação para arrendamento a custos controlados pelos proprietários. Apoiar directamente os cidadãos nos custos de arrendamento não resolve o problema base e alimenta até a especulação existente.

63 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Com a legislação existente do arrendamento, com vários regimes de arrendamento, com contratos de arrendamento com rendas congeladas, ou por motivos de idade ou e económicos vai ser muito difícil voltar a ter um mercado de arrendamento. Um inquilino solteiro ocupa um T5, numa avenida do Centro (...) e paga 100 €, aluga quartos a estudantes cada um por mais de 200€ e não passa recibo. Se o senhorio precisar da casa, o que pode fazer? Nada. Haverá proprietários dispostos a arrendar? Não.

66 - Mais de 65 anos - Cidade média

Qualquer facilidade aos proprietários para o arrendamento, ou qualquer subsídio aos inquilinos para pagar rendas, apenas contribui para a alta dos preços no mercado do arrendamento. Ou seja é subsidiar os proprietários (os ricos e não os pobres). Tudo o resto é maquilhagem...

71 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Estranha-se que após se ter permitido o prolongamento do período de transição para o NRAU de 5 para 8 anos (!!!) se pretenda agora resolver o problema do arrendamento. Acreditem que é difícil encontrar a quadratura do círculo.

72 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Há uma situação de emergência social ao nível da habitação

74 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Os apoios devem ser revistos regularmente de forma a evitar abusos e os mesmos serem equitativos. Tratando-se de habitações sociais a tipologia deve ser adequada às famílias e as mesmas devem mudar para fogos com outras tipologias quando a família cresce e/ou diminui.

76 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

Neste momento, falar de política de habitação e não mencionar o turismo e as transformações nas habitações das grandes cidades (nomeadamente Lisboa e Porto), com o apoio dos respectivos municípios, é querer atirar areia para os olhos.

79 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Num país em que o ordenado mínimo é de 557€ mensais como é possível pagar 500€ de renda (preço médio de um T0 ou T1 no Distrito do Porto) para albergar uma família monoparental com dois ou mais filhos?! O valor médio do rendimento da maioria das famílias é completamente desproporcional ao valor das rendas do mercado.

81 - Mais de 65 anos - Cidade média

O Estado deve legislar o condomínio para qualquer imóvel superior a 2 pisos. Medida urgente.

83 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Europa Central e Escandinávia têm uma política habitacional que protege todas as classes sociais, ninguém é despejado da sua casa sem ter uma outra alternativa da sua própria escolha, em caso de renovações os inquilinos têm o direito de voltar para a sua antiga residência. Na Holanda têm Cooperativas de Habitação e regras são iguais para todos, há rendas para todas as bolsas, e o Estado comparticipa monetariamente na renda de acordo com o rendimento do inquilino. Portugal investe em capitalismo.

86 - Entre 36 e 65 anos - Zona rural mista com indústria

O Estado/Autarquias não podem nem devem ser a resposta para tudo e muito menos para quem não contribui nem quer contribuir para o país. Os nossos impostos não são para proteger os agressores e os desocupados.(...)

87 - Entre 18 e 35 anos Bairro predominantemente residencial

O Estado deve promover a reabilitação urbana baixando os impostos sobre os proprietários que pretendam investir e promover o arrendamento. O mercado encarregar-se-á de promover o preço.

93 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

É urgente e importante apoiar o arrendamento de longa duração.

95 - Entre 36 e 65 anos - Outra tipologia (arredores de Lisboa)

Devemo-nos preocupar em primeiro lugar com a resolução dos problemas internos, nomeadamente com o risco de exclusão e pobreza de cidadãos nacionais, cujos pais e avós nasceram em Portugal.

101 - Mais de 65 anos - Zona rural mista com indústria

Com o actual Governo e Maioria a falta de habitação tende a agravar-se:

- Criação de um novo imposto, AIMI;
- Os proprietários não se podem impor a que os inquilinos tenham animais em casa, até 3 cães/ fogo; 20 fogos x 3 = 60 cães, um canil;
- As rendas de inquilinos com carência e contratos anteriores a 1990, que eram para ser actualizadas no início do próximo ano com a ajuda do Estado, se necessário, já não o são.

Conclusão: Quem tem dinheiro não investe no imobiliário para arrendamento.

104 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

Não considero que o Estado intervenha de forma direta nas leis do mercado de oferta e procura. O Estado deve "repensar" nos tipos de respostas que os senhorios têm quando efectuam contratos de arrendamento de longa duração, se o arrendamento de LD não tem mais respostas não é apenas pela questão financeira aliciante que o AL por exemplo oferece, mas sim, pela simples razão de não ser suficientemente apoiado pela legislação no caso de as condições contratuais não serem cumpridas.

105 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Efectivamente deverá haver apoios da mais diversa ordem para reabilitar o que se encontra degradado dentro das Cidades, Vilas e Aldeias, sendo uma forma de promover a criação de postos de trabalho.

113 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Em cidades como Lisboa o valor da renda acessível tem que se basear no rendimento das famílias e não no mercado com preços incomportáveis. Reabilitar apenas não é solução. Lisboa tem áreas vazias que precisam de regeneração e de incentivos como iva a taxa reduzida p obra nova destinada a arrendamento. O Estado não é a resposta para tudo. Há que criar incentivos para o mercado com investimentos seguros de longo prazo.

116 - Entre 36 e 65 anos - Bairro social

O Estado deve regular o mercado de arrendamento para evitar especulações e garantir maior acessibilidade. Ao nível da habitação social, esta deve ser encarada como um direito para o cidadão e não uma esmola ou ajuda - como nos querem fazer parecer os nossos autarcas. A habitação social deve ser digna e com condições de habitabilidade pois trata-se de um direito constitucional.

119 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Já fui militante do Partido Socialista, agora voltei a aderir à militância e gostava que o nosso querido partido (...) fizesse a proposta na ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA de modo a revogar esta lei (criminoso) das rendas (*desabafo pessoal*).

122 - Entre 36 e 65 anos Mundo rural

(*Desabafo pessoal*) com a Política de habitação apenas para ricos, quem tem pensão 900€, pode virar um sem abrigo, lamentável, está certo, Lisboa está mais bonita, mas nós classe média baixa ficamos à porta da cidade

123 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Aqui (...) há casas sem condições de 550 euros para cima quando o ordenado mínimo é de 535 euros não vejo futuro se algo não mudar. Parabéns por esta iniciativa é cada vez mais importante que nos ouçam e que trabalhem em conjunto connosco (o povo). Obrigada

125 - Entre 36 e 65 anos - Bairro social

Obrigar toda a gente a pagar rendas mesmo com o RSI

128 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Na habitação social, os arrendatários deviam ter direito a essa habitação só durante um tempo (5 anos?), no último ano deviam ser revistas as condições. Se o agregado passou a reunir condições económicas aceitáveis, devia ser "convidado" a procurar habitação, assim libertava uma habitação, para os que

efetivamente precisam. (...) Atrevo-me a afirmar que por aqui mais de 25% dos moradores dessas habitações podem aceder a habitação s/apoio. Ou não devia haver limite máximo para a renda a fixar.

132 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Na lei ainda existe o subsídio de renda mas na prática não funciona. Ou seja, fazer leis é fácil mas interessa é fazer coisas exequíveis.

133 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

Agir rapidamente nos meios urbanos em que o turismo melhora sem dúvida a economia local mas acaba com a habitação.

136 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

O alojamento local deverá ser monitorizado de modo efectivo e consciente, de modo a que não afecte, directa ou indirectamente, os cidadãos. Impor condições fiscais e coerções aos senhorios de alojamento local, assim como dar resposta aos inquilinos que são despejados das suas habitações, são acções de conciliação. Deveria ser introduzida uma taxa de percentagem de alojamento local em relação ao número de km quadrados, de modo a que a sua proliferação, ainda mais a clandestina, seja travada.

139 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

Enquanto jovem (...), entendo ser fundamental tomar medidas para a regulamentação do alojamento local, reabilitar o edificado já existente dentro das cidades e beneficiar os proprietários que arrendam as ditas "casas vazias". As rendas são, nas grandes cidades, uma "corda na garganta das famílias", especialmente as dos alunos deslocados - caso que conheço mais proximamente. O acesso à habitação acessível é fundamental para uma juventude independente e participativa.

141 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

1 - Creio que existe uma tendência no questionário para desconsiderar a "responsabilidade" e/ou pontencialidade de algumas Organizações Privadas que podem adicionar contributos positivos na tentativa de resolução do/s problema/s em questão; 2- Também estou em crer que a potencial "aplicação" da questão 8 (*Renda acessível é uma renda inferior em pelo menos 20% à renda média praticada pelo mercado na zona*) ou 9 (*Renda acessível é uma renda que não ultrapassa 40% do rendimento disponível da família*) não abrange determinados indivíduos cujos rendimentos são muito baixos - RSI por exemplo; 3- creio que, em determinados casos, seria importante ter uma visão mais ampla (...)

142 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

Uma palavra de apreciação (...) pela (...) divulgação deste inquérito

144 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

Parece-me que o valor excessivo justifica-se pelo local onde a habitação está. Muitas vezes esse local é mal pensado e que acaba por ter bastante impacto na natureza. Parece-me então que estamos num mercado em que se paga habitação pelo mau sítio onde foi construída, pelos danos que causa, e não por ter vista para o mar. É só resolver isto e valorizar a saúde. Ou seja, o valor especulativo das habitações não devia de existir e esse valor devia de ser usado pelas pessoas na sua saúde.

146 - Entre 18 e 35 anos - Zona rural mista com indústria

O Estado deve promover a aquisição de casa própria. Deixemo-nos de hipocrisia: todos sabemos que qualquer pessoa que possa compra casa. Ter de pagar renda ao senhorio é uma herança do feudalismo: o senhor feudal tinha as terras e os camponeses pagavam renda. Aboliu-se o feudalismo. Casa própria para todos é um direito. Portugal ter muita gente com casa própria foi o que aguentou os portugueses nos anos

da crise. Fosse Portugal um país onde as pessoas alugassem e teríamos visto a miséria na rua.

152 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

O Governo central e as autarquias devem desenvolver programas de realojamento em todos os Orçamentos de Estado.

160 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

O Estado deve limitar o alojamento local à habitação própria onde se reside ou a 90 dias ao ano no máximo. São bairros de luxo e airbnb que estão a despejar as pessoas. Airbnb para os quais requalificam T4 em T1 e em breve haverá grandes problemas de requalificação.

161 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

O Estado deve exercer pressão para que os municípios providenciem mais informação sobre o que tem sido a gestão do seu parque de habitação pública. A falta de informação (sistemizada e em acesso livre) explica a falta de debate e de estratégia que tem existido na ação local/central ao nível de temas chave (como o de alienação de habitação social, a regulação dos preços de venda de habitação construída a custos controlados,) e das suas consequências imediatas e futuras para a sociedade.

168 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Os municípios neste caso devem ter um papel mais importante, devem envolver-se a sério na questão da habitação. A meu ver são a chave de todo este problema, seja em que terra, aldeia, vila, cidade ! Devemos todos munícipes pedir esclarecimentos sobre o que é feito e exigir! (...)

170 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Além das questões exploradas no presente questionário, considero que o Estado deve assegurar uma maior celeridade judicial, bem mais expedita, assim como definir menores custos judiciais nas questões relativas aos arrendamentos, bem como garantir aos senhorios o poder para fiscalizar o estado de conservação dos seus imóveis durante a vigência desses arrendamentos, garantindo a possibilidade de anulação dos contratos quando não se verifique uma utilização cuidada dos mesmos.

171 - Entre 36 e 65 anos - Cidade residencial/empresarial

Promover o arrendamento é fundamental. Parabéns pela iniciativa e bom trabalho.

174 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

Só com construção nova conseguiremos com que os preços das casas baixem e, assim, conseguir arrendamento acessível, afetando grande parte da construção nova a arrendamento acessível. O atual processo de reabilitação urbana está a excluir do arrendamento milhares de famílias, pelo que não me parece viável apostar na reabilitação exclusivamente em detrimento da construção nova. Em Lisboa, foi determinante o papel da EPUL, que deveria ser recuperada pelo papel relevante que teve na construção nova.

176 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

As câmaras municipais devem limitar os fogos de arrendamento dos portais de arrendamento temporário.

185 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Para promover o mercado de arrendamento, o Estado, incluindo os municípios, não podem vender o seu património. Reabilitar, reconverter, para arrendar é urgente. Infelizmente assiste-se à venda da propriedade pública a privados para que estes posteriormente beneficiem com a especulação.

187 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

As rendas e os preços das casas para venda em Lisboa e Porto, devem ser devidamente controladas por causa da especulação imobiliária que estão a causar. Deste modo vão desertificar as grandes cidades.

188 - Entre 18 e 35 anos - Bairro precário ou AUGI

Gostei muito desta iniciativa. Muito elucidativo e intuitivo, as questões da habitação em Portugal continuam a ser matéria de preocupação para a sociedade e para os respectivos dirigentes, por isso a Política de Habitação - dar voz aos cidadãos, poderá promover alguma resposta a este problema. Ou pelo menos uma orientação.

190 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O turismo de massas ameaça o direito à habitação, aos transportes e ao espaço público. O setor da hotelaria paga 6% de IVA, mas bens essenciais pagam 23% ou 13%. Não faz sentido. Ao problema do turismo de massas juntam-se os «vistos gold» e a especulação imobiliária promovida por grupos estrangeiros. As taxas turísticas deveriam ser aumentadas para suportar custos indiretos do turismo pagos pelos impostos de todos os portugueses (lixo, água, limpeza urbana, infraestruturas, transportes, etc.).

192 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

Os lucros do turismo ficam para os donos dos hotéis, AL, restaurantes, animação turística. Os trabalhadores desses setores é que continuam a ser muito mal pagos. Quanto aos restantes habitantes ficam sem qualidade de vida por causa dos turistas e nada ganham, ficam com preços mais altos, casa é impossível, transportes e ainda pagam para fazer as obras para turista ver, que encham tudo e sujam a natureza, deixando cá muito pouco. O turismo só é bom para alguns...

193 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Sou por natureza defensora que o Estado não tem que suportar todas as carências, muitas vezes camufladas por quem delas tira proveito, não gosto de ver gente de mão estendida, lute pelo seu bem estar, sou humilde (...), acredito que só pelo trabalho. Quero ver bairros degradados rapidamente recuperados, com infraestruturas e essas sim são da competência das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia (...) urgente

195 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Neste momento parece-me que a reabilitação está a chegar ao fim de um ciclo, ou seja, a maior parte dos edifícios devolutos ou a necessitarem de intervenções urgentes está neste momento a ser intervencionado. Tal deve-se à pressão turística que se seguiu à redescoberta dos centros históricos nos últimos anos. Por isso parece-me que a construção de novas habitações irá ter um maior papel na regulação do mercado (com o aumento da oferta) nos próximos anos.

201 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

O Estado deve baixar o imposto de 28% a todos os proprietários e a cada renovação de contracto (1 ano, máximo) baixar mais ainda. Renda acessível deveria estar a cargo do Estado e não dos privados. Deveria ser obrigatório um seguro de renda porque em caso de incumprimento o proprietário fica sem o risco de perder rendimento. Não se misture o público com o privado neste aspecto. Ninguém no seu perfeito juízo ira mudar de AL para as "rendas acessíveis" de que se tem falado.

220 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

O Estado deveria também, tendo em vista abrandar o aumento afluente das rendas e o processo de gentrificação, legalizar com uma maior eficiência o número de alojamentos locais e restringir apartamentos em Airbnb. Deveria igualmente apostar nos inúmeros prédios devolutos por Lisboa fora, que poderiam

servir inúmeras pessoas sem casa ou diferentes instituições, em vez de continuar a vender património municipal.

221 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Os municípios devem obrigar os utentes das habitações sociais a conservar em perfeito estado as mesmas.

226 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

O Estado deve facilitar a criação de linhas de crédito favoráveis para que as empresas do sector da promoção e construção sejam capazes de desenvolver projectos destinados ao arrendamento para habitação, e que estes sejam comercialmente viáveis.

229 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

O Estado deve assegurar que todos têm direito a habitação com o mínimo de dignidade e condições, tal como nos indica a Constituição. Alguns problemas são globais mas as soluções têm de ser encontradas na análise rigorosa das situações locais.

231 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

Limite máximo no valor cobrado na renda - medidas que travem a especulação imobiliária e a inflação dos preços - mais fiscalização das obras que estão a ser feitas - mais consideração pelas condições de vida e dos locais - mais benesses fiscais aos proprietários locais como fazem com os investidores estrangeiros - menos ênfase ao mercado imobiliário de luxo - travar a gentrificação e a perda da tradição e cultura da cidade.

232 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O direito à habitação é dos mais importantes. Considero inaceitável que possa haver um mercado de arrendamento com valores acima de 25% do rendimento do agregado familiar. É principalmente os valores das rendas das casas que determinam o grau de pobreza de um agregado familiar, logo parece-me óbvio que o Estado deve intervir activamente.

234 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Todo o agregado familiar devia de estar protegido pela lei e não apenas o casal que tem o contrato em seu nome.

235 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Há uma assimetria entre o interior e pequenos municípios e os grandes centros. Para estes não vi aqui uma das soluções fundamentais: a limitação do alojamento local. Isto associado aos incentivos fiscais para senhorios de alugueres de longa duração ou abaixo do valor médio do mercado seria um passo enorme. Neste momento Lisboa está a perder as pessoas que a tornaram atractiva: jovens de classe média que fizeram dos bairros populares zonas nobres. Esta política de habitação é criminosa.

240 - Entre 36 e 65 anos - Cooperativa rodeada por bairro social

Acabar com os bairros sociais com enorme densidade populacional, tentando realojar as famílias em vários pontos das cidades e concelhos. São esses bairros que fomentam os guetos. Respeitar os factores culturais, não deixando de os acompanhar na sua inclusão, deveres e direitos.

242 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

Moro em Lisboa há 5 anos e o aumento das rendas tem sido desproporcionado e despropositado. Tem havido uma privatização abusiva do espaço público e da vivenda, que tem mudado a cidade e os seus moradores correndo o risco de se converter em algo mais parecido a um parque temático ou a um resort de férias mais do que a uma cidade real. (...) é mesmo a impressão dos turistas ao chegar a cidade. Será que

vamos deixar a Lisboa autêntica morrer?

243 - Entre 36 e 65 anos - Bairro próximo do centro da cidade

Considero que o imposto para aluguer de arrendamento permanente/longa duração deve descer e que, tanto o alojamento local como plataformas estilo Airbnb devem ter limitada sua duração anual de actividade para os 120 dias e devem ser taxados a 23%. Julgo ainda que é necessário regular o valor de arrendamento permanente para valores que reflectam o custo de vida português.

249 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Parece que há uma grande máquina para favorecer o negócio dos bancos: é mais económico pagar um empréstimo, mensalmente, do que uma renda. Não deveria ser o contrário? Por que é que os bancos têm como única fonte de rendimento o crédito à habitação?!

250 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Deveria haver uma tabela de referência de valores para o arrendamento e balizar mínimos e máximos consoante a tipologia e área. Estabelecer prioridades entre idosos, casais c/ ou s/ filhos, solteiros, etc, de forma a responder às situações mais urgentes. Introduzir índices de valorização das casas consoante a localização, iluminação natural, acessibilidades, ruído, poluição, estrutura anti sísmica e estado de conservação dos edifícios para melhor calcular o real valor da habitação.

251 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Uma política de habitação justa nunca sobreviverá sem uma política que defenda os direitos económicos e financeiros dos cidadãos. Com a desvalorização e precarização do trabalho, num país de pensões e salários mínimos, a desvalorização sucessiva das reformas e o aumento da população idosa, o número de portugueses no limiar da pobreza tenderá naturalmente a agravar o ignóbil aumento das desigualdades. Quantos bairros sociais serão necessários no futuro? Numa política social justa está a resposta.

254 - Entre 36 e 65 anos - Bairro social

Eu pretendo saber qual o motivo por que a CML tem tantas casa desabitadas (*desabafo pessoal*). Porquê, alguém me pode explicar?

255 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

O Estado e os municípios não têm recursos financeiros nem capacidade de gestão para políticas de habitação complexas (ex: gerir casas sociais, dar subsídios, estabelecer preços, etc.). Têm é de concentrar-se em fazer muito bem o que depende apenas de si (com poucos custos) - por exemplo, dar toda a informação aos cidadãos e desbloquear a burocracia camarária à reabilitação urbana. Não compliquem com mais regras e procedimentos - simplifiquem a vida a quem tem projetos de regeneração urbana.

261 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Todos os apoios sociais, sejam de habitação, de remuneração ou outros, não deveriam ser grátis. Deveriam ser sempre acompanhados de um compromisso entre quem os recebe e os fornece. Deveria existir sempre uma forma de responsabilidade social de quem os recebe, a sua forma de pagamento do apoio social que lhe é fornecido, a responsabilidade cívica.

263 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

A compra de primeira habitação em casos de compra de património degradado, com intenções de o reabilitar e tornar habitação própria, também deveria ser apoiada e incentivada!

265 - Entre 18 e 35 anos Centro histórico

O Estado e o município devem ter poder de limitação de rendas, bem como de expropriação, devendo esta lei ser alterada. A lei das rendas deve ser revogada. Os Airbnb devem ser controlados por área e em limite de dias.

267 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

A habitação é um direito que quero ver realizado, não um privilégio de classes que o podem pagar. O estado e os municípios têm de financiar habitação de qualidade para todos, vigiar a construção privada e obrigar a rácios de habitação a custos controlados em todas as áreas da cidade. E promover a utilização dos espaços coletivos e equipamentos para a saúde física e desportiva de todos. A habitação não é apenas um espaço onde se vive. A habitação faz parte de uma organização política.

268 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Acho que a habitação é um direito para todas as pessoas e não devia ser um negócio, quem quiser comprar casa compra, quem não pode deve ter direito à habitação.

269 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Baixar os impostos dos arrendamentos é imoral. Os lucros desta atividade deveriam ser tributados como atividade comercial que são e não numa rubrica do IRS. Além disso, o IMI deveria ser majorado para os imóveis arrendados e ainda mais para os imóveis não habitados; ao aumentar o custo de manutenção da propriedade em área urbana diminui-se o incentivo ao arrendamento e à especulação, em alternativa à venda.

277 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Não sou a pessoa mais indicada para opinar sobre este assunto. Contudo, verifico que a maior parte das casas e prédios construídos nos últimos anos são de má qualidade. Deveria haver cursos e credenciações para os construtores bem como adopção de estilos exteriores e interiores de cariz Portuguesa.

278 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Em minha opinião cada caso é um caso, penso que se deve apurar rendimentos e bens das famílias, acho que a boa conservação da habitação deve ser levada em consideração e até dar estímulo às famílias de por ex. dar um mês desconto de 50 por cento e a quem tenha uma péssima conservação aumentar para 50 por cento a renda; penso que a iniciativa pode trazer algumas melhorias do aspeto interior das habitações sociais, é claro com fiscalização.

279 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Em minha opinião cada caso é um caso, penso que se deve apurar rendimentos e bens das famílias, acho que a boa conservação da habitação deve ser levada em consideração e até dar estímulo às famílias de por ex. dar um mês desconto de 50 por cento e a quem tenha uma péssima conservação aumentar para 50 por cento a renda penso que a iniciativa pode trazer algumas melhorias do aspeto interior das habitações sociais, é claro com fiscalização.

280 - Entre 36 e 65 anos - Zona rural mista com indústria

Os princípios ideológicos e filosóficos para uma verdadeira política habitacional em Portugal devem ser semelhantes aos que edificaram o nosso serviço nacional de saúde, para podermos vir a ter justiça, equidade, racional utilização de recursos. Existe mais vida para além do mercado. Estado social é importante, se têm dúvidas vejam o que se passa em outro País estruturalmente.

291 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

No meu caso pessoal, comum a muitos outros, (desabafo pessoal). Também sou contra o que tem acontecido nos bairros históricos, pessoas serem despejadas para, depois de reabilitadas as casas, arrendarem a turistas a preços inenarráveis.

292 - Mais de 65 anos - Mundo rural

Isto não aborda a questão dos arrendamentos anteriores a 1990 e, quanto a mim, com maior incidência para os maiores de 65 anos. Embora a lei actual limite a renda actualizada a 1/180 do VPT não tem conta o estado real do imóvel. A lei deveria condicionar o pedido de aumento de renda às obras a fazer emitido pela câmara municipal e a um certificado de eficiência energética. O prazo de 10 anos é ridículo: (...) aos 80 anos, sabe-se lá que lei, vou viver para debaixo da ponte?

298 - Mais de 65 anos - Centro histórico

Dar voz aos cidadãos é positivo e imprescindível. Através de um questionário detectam-se linhas de força, no entanto os pontos e as escolhas entre 4 respostas possíveis nem sempre traduzem aquilo que consideraria mais correcto e apropriado.

300 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Para uma habitação condigna, o Estado deve de incentivar os senhorios a efectuar obras de conservação.

305 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Ter uma casa é o sonho de todos nós, não nos podemos iludir, a habitação está cara, em aluguer e construção e reparação. Não temos rendimentos para suportar a habitação sozinhos, a ajuda terá que ser das autarquias e do Estado.

306 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Agravamento fiscal SUBSTANCIAL do património desocupado havendo necessidades de habitação. Despistar falsas ocupações. Existência de um domicílio fiscal individual e consumos regulares de água e electricidade. Regular o Alojamento Local, sobretudo em cidades como Lisboa e Porto com medidas simples: 1 - AL apenas por parte de proprietários individuais nas modalidades de Apartamento ou Moradia máximo de 3 unidades; 2 - Os Arrendatários só poderão explorar 1 AL no seu domicílio fiscal na modalidade de Quartos.

307 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

Olá. O inquérito é uma boa iniciativa. Mas as perguntas fechadas deram-me a entender que as políticas já foram pensadas, e que usaram este inquérito apenas para justificar tais políticas, não para ajudar a pensá-las e elaborá-las. Ou estarei enganado?

311 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Os maiores de 65 anos que pagam há mais de 30 anos os seus créditos bancários para habitação própria deveriam ficar isentos de pagamento do IMI.

312 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

Sou proprietário de um apartamento em AL (...). A proposta de baixar impostos para rendas acessíveis não faz sentido nenhum. Só mesmo quem não percebe quanto se pode ganhar em AL é que faz uma proposta destas. Baixem impostos para todos os proprietários e o mercado encarrega-se do resto. Dêem segurança aos proprietários para arrendar as suas casas. Isto é tão básico...vejam os exemplos de países do primeiro mundo, a roda já foi inventada.

313 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

É indiscutível se deve de haver ajuda por parte da Administração Pública no que diz respeito à ajuda no arrendamento a pessoas com rendimentos que incapacitam a sua autonomia de pagar uma renda completa, mas sim "quem" e como. Passando aos moldes, pois parece-me mais relevante, devem de se aplicar políticas que façam os arrendatários cobrarem menos aos arrendadores, pois esta fonte de rendimento é um acréscimo, muitas vezes aos seus rendimentos primários como o rendimento salarial ou pensão.

318 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

O arrendamento privado deve ser deixado à livre concorrência. Muitas casas no mercado, rendas baixas. Poucas casas, rendas altas. Com impostos mais baixos os proprietários alugam. Sabe o Estado as despesas/prejuízos que se tem quando um mau inquilino deixa a casa? Faço um arrendamento de longa duração e o inquilino ao fim de 3 meses deixa de pagar. De que serviu a longa duração? O Estado garanta EMPREGO e não é necessário habitação social ou rendimento social. HAJA TRABALHO.

332 - Entre 36 e 65 anos - Bairro social

O Estado deveria intervir em casas que se encontram ao abandono, transformar essas casas em casas para arrendamento de baixo valor, criar créditos para obras em casas arrendadas para jovens.

334 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Na minha opinião o Estado deve apoiar, mas apenas numa posição de transição. Possibilitando assim a passagem até a família se organizar. Depois deve-se responsabilizar as famílias a longo prazo. Bem como a responsabilização passa pela própria família assumir a responsabilidade do pagamento e bom uso do bem.

336 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

Num questionário sobre políticas de habitação é fulcral avaliar também necessidades de melhoria de acessibilidade e segurança das habitações. A esmagadora maioria do parque habitacional não está preparado para responder às necessidades das pessoas idosas e com deficiência.

339 – Pessoa colectiva - Autarquia local

São necessárias e urgentes políticas de arrendamento para famílias carenciadas e famílias de classe média baixa porque temos neste momento um grave problema de habitação; as autarquias podem com a ajuda do governo trabalhar essa área que é urgente; são também necessárias políticas para melhorar as habitações de pessoas com dificuldades económicas como por exemplo muitos idosos que têm casa própria mas que não tem condições de habitabilidade

340 - Entre 36 e 65 anos - Quarto arrendado

Habitação é um direito.

342 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Deve ser prosseguido o envolvimento de parceiros fora do Estado, mas garantindo as condições de responsabilização e fiscalização das responsabilidades que lhes são atribuídas. Toda a componente de apoios deve prever revisões com periodicidade adequada. A revisão da fiscalidade do arrendamento é premente (o quadro actual é um incentivo à fuga fiscal e aos contratos penalizadores para senhorios e inquilinos). A demora dos processos na justiça é outro factor crítico.

347 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Sobre o Licenciamento Zero, "simplificar" não deveria ser o mesmo que "facilitar". Este tipo de licenciamento facilita a vida a quem quer exercer uma atividade (sendo legítimo o exercício dessa

atividade) mas, dificulta a vida dos cidadãos que vêm comprometidos o direito ao sossego e ao descanso, entre outros direitos que na nossa opinião não podem ser colocados em causa em detrimento de direitos económicos. Ex.: restaurante com licença de funcionamento até às 02h00, num edifício habitacional.

348 - Entre 36 e 65 anos - Mundo rural

As políticas de habitação deverão ser sempre coordenadas com as políticas de fixação das populações no interior, quer em áreas mais agrícolas, quer em áreas mais industriais, por forma a maximizar os resultados obtidos.

350 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Os testemunhos dados deverão ter consequências, sendo recomendado ao governo e autarquias a concretização das conclusões, sendo adotadas como políticas públicas a implementar.

352 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

É também relevante incluir na discussão o conceito de habitação face aos usos comerciais (i.e. alojamento local). Ou seja, não deve haver proibições face à utilização de habitações para alojamento local, todavia devem ser introduzidos critérios que permitam atenuar a especulação imobiliária actual (ex: limitação de número de dias para alojamento local; a pessoa deve ter residência fiscal na habitação que usa para alojamento local)

353 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

O Estado não deve ser paternalista. O Estado só tem que promover condições para que todos os cidadãos tenham acesso à habitação sem precisar de ajuda.

354 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Este governo que prorrogou por 10 anos a actualização de rendas, deve começar por compensar financeiramente já a partir de 01/01/2018 os senhorios que continuam a dar casas em Lisboa por 20 e 30 euros, e pagam de IMI e Taxas da Câmara mais do que recebem de renda.

355 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

O Estado deveria regular o mercado imobiliário para garantir o direito à habitação e à cidade.

357 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

O que me parece necessário é repensar o conceito de habitação social e quem sabe adoptar um sistema semelhante ao Espanhol, na medida em que se obriga legalmente a qualquer investidor a doar entre 5-15% para equipamentos ou habitação social, neste caso. Desta forma, criar-se-ia uma maior justiça social e obrigar-se-ia a repensar a cidade de forma a não criar a guetização dos bairros e regular o mercado de rendas.

358 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

A legislação tem de ser igual para todos (IMI, IRS, AIMI) independentemente de serem pessoas singulares ou colectivas. Isenções a empresas e/ou fundos são contraproducentes. Criar uma garantia/caução de arrendamento para proteger inquilinos e senhorios. Agilizar despejos em caso de não pagamento. Casas em condições para ser arrendadas. A legislação tem de estabilizar para que investir em imóveis faça sentido. Mudar a lei para agrandar a um sector é sinal de atraso económico e social.

361 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Impostos: baixar os impostos sobre os prédios destinados a habitação e aliviar carga fiscal a senhorios que destinam seu imobiliário a arrendamento. Arrendamento/mobilidade. Tomar de arrendamento e poder

mudar de local facilmente é desenvolvimento e alívio! A classe trabalhadora e média precisa de casa e não precisa de se endividar a comprar nem permanecer a vida toda amarrado ao local onde comprou casa! Não obrigar a manter inquilinos a pagar 80€ no Campo Grande, Lisboa, por um T3.

364 - Entre 18 e 35 anos - Zona rural mista com indústria

Obrigada por esta iniciativa.

366 - Mais de 65 anos - Centro histórico

É urgente uma nova postura na habitação social na cidade de Lisboa. A Gebalis precisa ser reformatada e não precisa de Assistentes Sociais para actuar como fiscais, não só desqualifica a profissão como a classe. Falta ética e organização.

367 - Entre 18 e 35 anos - Bairro precário ou AUGI

A grande prioridade devem ser os sem abrigo, não existe maior tragédia social. Em cada cidade deve existir uma bolsa de habitações sociais igual ao número de sem abrigo que se espera retirar da rua anualmente. Segunda grande prioridade: acabar de vez com as barracas (situação que afecta as minorias desproporcionalmente). É a pior situação a seguir a viver na rua. Um Estado que vive bem com sem abrigo e barracas é um Estado falhado, por muito confortável que seja a vida da restante população.

373 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado é o principal promotor do direito à habitação. Instituições privadas/ estatais devem articular a fim de ser efectuado um diagnóstico social da situação habitacional em Portugal com vista a que as políticas de habitação sejam adequadas às necessidades efectivas das populações. Fundamental haver um debate público sobre a maneira como o realojamento continua a ser realizado, bem como uma séria reflexão sobre a forma mais adequada de gerir os bairros do ponto de vista social.

374 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

Criação de Lei de Bases da Habitação que permitisse que os instrumentos legais pudessem "obrigar" os promotores (sobretudo privados) de loteamento e edifícios a constituir no regime da PH (para fins habitacionais) cedessem aos Municípios ou Estado pelo menos uma fração (proporcionalmente ao edifício a construir) para efeitos de habitação social (apoiada, acessível ou outra). Beneficiária: inclusão social, segurança e erário público.

375 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Num país em que temos segundo os censos de 2011, temos 4.048.932 famílias e 5.877.991 de alojamentos, e considerando que existe numa correlação directa entre o número de famílias e o número de alojamentos, temos cerca de 31 % de alojamentos a mais em Portugal, sendo significativo que a cidade de Lisboa tem 244.271 famílias e 323.981 de alojamentos, logo cerca de 25 % mais alojamentos que famílias. Políticas que prevejam a nova construção estarão a consumir somente recursos.

378 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O apoio aos agregados deve ser efectuado de acordo com as suas necessidades. A habitação social não deve "ser para a vida", quando a situação do agregado melhorar a renda deve ser reajustada e inclusive o agregado deve sair da habitação dando lugar a outro. Por outro lado, os municípios não deviam alienar os fogos que originalmente foram construídos para a habitação e não permitir NUNCA que esses fogos entrem no mercado livre de alienação

380 - Entre 36 e 65 anos - Quarto arrendado

A habitação é um direito.

384 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Os preços das casas em Lisboa estão a atingir valores proibitivos. E o principal responsável são os VISTOS GOLD. Para quando a alteração dos critérios?! Devia ser eliminado o requisito: “A aquisição de bens imóveis de valor igual ou superior a 500 mil euros”, ou alterá-lo para “A aquisição de bens imóveis de valor igual ou superior a 500 mil euros, excepto no Distrito de Lisboa.”

385 - Entre 18 e 35 anos - Bairro social

O Estado deve preocupar-se efetivamente com as pessoas que vivem situações precárias nas suas vidas e apoiar essas mesmas pessoas. Vive-se muito uma causa e consequência. Se não pagas, és despejado e, por sua vez como não tens casa és alvo de uma ação por parte da segurança social. Deve haver um apoio efectivo para essas pessoas. ESTAMOS EM 2017 E NÃO EM 1940.

399 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O direito à habitação está consignado na Declaração dos Direitos Humanos. Ter uma habitação condigna é imprescindível para o crescimento e desenvolvimento da pessoa enquanto tal. A falta dela promove indefinidamente a desintegração social em todos os âmbitos, transversalmente. Numa sociedade dominada pela Finança, é obrigação do Estado promover e defender este direito aos grupos mais débeis economicamente, incluídos, infelizmente, muitos dos que trabalham no duro 8 e muitas mais horas por dia.

400 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Deviam baixar os impostos sobre o arrendamento a todos os proprietários e não apenas a quem pratique rendas acessíveis. Isto é um grande erro e só quem não percebe o que é ser proprietário elabora propostas deste tipo. Os proprietários querem rentabilidade, facilidade de despejo ou pelo menos um seguro de renda. Se providenciarem isto tenho a certeza que muita gente irá disponibilizar os seus prédios no regime de arrendamento, o mercado encarrega-se do resto. A parte social cabe apenas ao Estado!

428 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado deve garantir o direito constitucional à habitação digna e adequada, como factor de desenvolvimento da sociedade a par da educação e da saúde. Deve ainda desenhar políticas de habitação não segregadoras e sectárias (evitar bairros sociais) e actuar maioritariamente ao nível da oferta disponível, reservando apoios (subsídios, etc) apenas às situações de comprovada vulnerabilidade social (idosos, reformados, famílias monoparentais, etc) e baixos rendimentos.

445 - Menos de 18 anos - Cidade média

O Estado e os municípios devem promover a reabilitação e arrendamentos preço controlado em especial para trabalhadores externos aos concelhos, promover a habitação social para as famílias carenciadas do concelho e promover as cooperativas de habitação a preços controlados para jovens do concelho, para que os jovens se estabeleçam no concelho. O concelho de Tavira está a ficar envelhecido. Com um mercado imobiliário proibitivo para os jovens. Que são obrigados a abandonar a cidade de Tavira.

459 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Uma política de habitação inclusiva e integrada é condição para uma verdadeira democracia social.

496 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Perante o estado da habitação, proponho que haja mais fiscalização para saber se há apartamentos que estão arrendados ou não, através de cruzamento de informação com a segurança social e finanças. E o valor de qualquer arrendamento de apartamento não deverá ser superior a 30% do rendimento do agregado. Em relação à habitação social, os moradores devem ser responsabilizados pelo seu mau uso e a habitação deverá ser temporária, até um máximo de dez anos, e não ficarem indefinidamente.

512 - Mais de 65 anos - Centro histórico

A Assembleia da República deve aprovar Leis socialmente mais justas sobre a Habitação, para que tantos milhares de pessoas, às quais lobbies e interesses vários lançam para o desenraizamento, não fiquem sem habitação nem sejam lançados para onde são totalmente estranhos e desconhecidos.

518 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

O Estado e Municípios devem providenciar uma habitação para todos os que não têm, mas implicando os próprios inquilinos e envolvendo outras associações existentes.

557 - Entre 18 e 35 anos – Vila

Reabilitação e arrendamento a preços controlados, cooperativas de habitação a preços controlados para primeira habitação, habitação social para pessoas carenciadas.

570 - Entre 36 e 65 anos - Zona rural mista com indústria

O direito à habitação sendo um direito constitucional não deve ser banalizado porque senão vamos assistir a pessoas a deixarem de garantir a sua subsistência como já assistimos no RSI, têm rendimentos, têm alimentação, habitação, luz, gás tudo grátis garantido pelo Estado e não precisam de trabalhar, as entidades que devem atuar não atuam, só quando vem na comunicação social é que atuam como temos vindo a assistir nos bancos, IPSS etc.

670 – Pessoa colectiva - Associação ou comissão de moradores

Reabilitar é um verbo com uma sílaba a mais e deveria ser substituído pelo verbo reabitar - voltar a habitar. Pode ser até nas mesmas casas, de séculos passados, mas com as condições do nosso século e prevendo o futuro. O apoio do Estado tem que ser forte e controlador porque há sempre barreiras e problemas para derrubar. Tem que haver verdade e transparência e gente disposta a isso. Porque a especulação é um perigo para a cidadania e o futuro não se constrói só com tijolos - é com pessoas.

688 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado deve promover habitação condigna para todos os que precisam. Deve apoiar as associações de moradores e utilizar bons exemplos como o extinto programa SAAL. Empoderando as pessoas consegue-se mais e melhor.

690 - Entre 36 e 65 anos - Zona rural mista com indústria

Os filhos da classe média baixa precisam de uma solução habitacional que passe pelo arrendamento. O Estado tem quartéis e edifícios devolutos que podia promover para o arrendamento. Os fundos imobiliários e os bancos imobilizam espaços que podiam entrar no mercado de arrendamento. O crédito para imobiliário de arrendamento devia ser facilitado.

698 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Obrigada por me permitirem ter opinião.

700 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Considero extremamente pertinente este questionário do PS, acerca das políticas relacionadas com a Habitação, o Arrendamento e a Reabilitação Urbana. Por favor, tenham em conta as respostas a este questionário e elaborem Políticas que protejam os Inquilinos de despejos Abusivos, combatam a Especulação Urbana, e promovam Incentivos Fiscais, que promovam a Reabilitação Urbana.

701 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Não nos devemos esquecer que há senhorios que o são por contrariedade da vida, que por algum motivo

mudaram de local de trabalho e se viram obrigados a arrendar as suas casas (que ainda pagam ao banco) para poderem arrendar outras noutra sítio para viver e onde entretanto refizeram as suas vidas. Deveria ser estimulado o mercado de permutas (...)

703 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado deve e pode regressar a políticas de apoio cooperativo e em autoconstrução com projetos urbanísticos aprovados para famílias jovens e outras, em terrenos municipais e para repovoamento de zonas rurais ou de reabilitação incluindo as etnias.

705 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

Não posso dar resposta pois o questionário não chegou válido ao meu mail, à perguntas com 2 bolas e em todas elas tem de estar visível sim ou não, isto não se vê no meu questionário portanto o mesmo não tem valor.

707 - Entre 36 e 65 anos - Bairro precário ou AUGI

Os incumpridores no pagamentos das rendas devem ser mais rapidamente penalizados por esse incumprimento ou apoiados por fundos criados para o efeito, Os proprietários privados não devem ser obrigados a desempenhar o papel social porque já são penalizados o suficiente com a carga de impostos para o Estado, seguros e manutenção dos imóveis.

710 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

As questões de habitação dignas são de ordem social e devem ser asseguradas pelo Estado, sobretudo para manter a coesão social e territorial.

715 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Os municípios devem empenhar-se na reabilitação dos edifícios localizados nos centros históricos.

717 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Mais do que dar apoios financeiros, o Estado deve proporcionar às pessoas os meios para conseguirem trabalhar e ser remunerados dignamente, para terem uma vida financeiramente equilibrada (não dar o peixe, mas sim a cana para o pescarem).

718 - Mais de 65 anos - Condomínio fechado

Enquanto partido do Governo cabe ao PS encabeçar este tipo de inquéritos e levá-los à prática com propostas de lei.

720 - Entre 36 e 65 anos - Mundo rural

Os proprietários não devem, nem têm de ser penalizados por não quererem arrendar as suas casas. Na maior parte das vezes o estrago causado pelos inquilinos (e não venham falar de fiadores nem cauções) não é suficiente para garantir as obras a realizar após a saída dos mesmos. Cada proprietário é LIVRE de arrendar a sua casa para o efeito que quiser. Ninguém deve ser penalizado por querer investir no arrendamento local em vez do arrendamento tradicional.

729 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

A habitação é um direito constitucionalmente previsto e que nada tem sido feito para fazer prevalecer essa medida legalmente preconizada.

730 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

É assim trabalhando com os militantes que o PS fica cada vez mais forte.

734 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Para motivar ao arrendamento dever-se-á ter em conta 2 grandes aspetos, valor do arrendamento e facilidade de despejo em caso de incumprimento por parte do inquilino.

740 - Mais de 65 anos - Vivenda geminada

Ter uma habitação condigna é um direito humano.

746 – Pessoa colectiva

Viver sem habitação condigna não é viver... é vegetar

749 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Considera-se que a construção de bairros sociais não faz sentido hodiernamente. O que é importante é promover o alojamento de famílias mais carenciadas nos bairros já existentes, nomeadamente os bairros predominantemente ocupados pela classe média.

751 - Entre 36 e 65 anos - Mundo rural

Os municípios deveriam adquirir, para reabilitação e posterior arrendamento, todos os imóveis abandonados pelos proprietários nos centros históricos.

754 - Mais de 65 anos - Centro histórico

40 por cento do rendimento familiar para habitação é um esforço absolutamente incomportável para a classe média (nos rendimentos muito elevados, os 60 por cento restantes serão tendencialmente suficientes) visto que não deixa margem para todas as restantes despesas essenciais: alimentação, água, electricidade/gás, saúde, vestuário, transportes, educação, comunicações...

757 - Mais de 65 anos - Pequena cidade (com menos de 15.000 habitantes)

Concordando embora que se deva privilegiar a reabilitação, é necessário nova construção de habitação a custos controlados pois existe uma grande faixa da população que, não tendo rendimentos para aceder ao mercado privado, também não necessitará de um forte apoio do Estado e pode encontrar na Habitação a Custos controlados solução para o seu problema de habitação.

761 - Entre 36 e 65 anos - Zona rural mista com indústria

Governo e autarquias não podem ficar indiferentes ao sofrimento dos seus cidadãos, nem permitir que a ganância e o lucro continuem a assentar arraiais em Portugal.

762 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

A promoção de habitação própria e permanente deve ser a prioridade na política governamental. Entre os incentivos deve ser equacionada a isenção/redução da taxa de IMI para os proprietários de uma única habitação, sempre que esta seja o seu local de residência permanente. No que diz respeito às políticas de arrendamento, julgo que os apoios do governo se devem centrar na ajuda aos inquilinos, fixando um montante máximo para o valor total da renda que pode ser co-financiada com efeito 2em1.

769 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

O conceito Bairro Social é por natureza discriminatório. Há bairros que não se pretendam sociais. A categorização encerra em si e à partida uma exclusão social. São Bairros de propriedade municipal ou de propriedade pública.

776 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

O IMI acaba por ser pior em certos casos do que pagar renda. Não compreendo como é que o proprietário

da sua residência ainda tem que pagar uma rede ao Estado (IMI) TODOS OS ANOS. No caso do proprietário a residência NUNCA SERÁ SUA. Temos que ter em conta que tudo o que envolve o "bem" está CARREGADÍSSIMO de impostos uns sobre os outros do princípio ao fim.

781 - Entre 36 e 65 anos - Zona rural mista com indústria

O Estado não deve nem pode ser responsável por tudo que se está a passar.

786 - Mais de 65 anos - Bairro social

Nas respostas a este questionário procurei ser razoável nas minhas opiniões mas...falta aqui registar outros aspetos. Nomeadamente aquilo que diz respeito a quem reside nas habitações sociais. Há imensos desmandos comportamentais de alguns dos seus moradores. Faltas de respeito, faltas de higiene e de limpeza, barulhos a mais. É preciso, é urgente que sejam tomadas medidas para banir esse tipo de comportamentos alertando os visados para que mudem o seu estilo de vida sob pena de expulsão.

787 - Entre 36 e 65 anos – (Tipologia não identificada)

Era bom que o Estado ajudasse os Jovens à procura de habitação na zona de Lisboa, na grande Lisboa, porque não existem casas para arrendar e as que existem os jovens não conseguem pagar. Quem não tiver pais "pais ricos", como é que consegue viver em Lisboa e prosseguir os seus estudos.

793 - Entre 36 e 65 anos - Zona rural mista com indústria

Muito embora o papel do Estado e até das Autarquias deva ser o de promoção de uma habitação condigna, a custos controlados, deve igualmente, permitir que os sistemas de incentivos à revitalização arquitetónica de habitações mais degradadas, sejam de candidatura elegível, tanto para os Proprietários, como para os arrendatários.

800 - Entre 36 e 65 anos – Vila

Concordo com políticas de apoio à Habitação inclusivas: Estado/ Municípios/ Associações/Investidores. Actualmente os Investidores são penalizados: 28% IRS, IMI, Condomínio, Justiça (injusta por proteger o faltoso).Os Investidores estão relegados da sua missão que é investir no Imobiliário, colocando-o no Mercado, satisfazendo os que necessitam (incapacidade financeira, opção própria ou profissional) Discordo políticas habitação gratuita por tempo ilimitado, correto renda em função do rendimento da Família revista anualmente de acordo com o Rendimento.

805 - Entre 18 e 35 anos - Zona rural mista com indústria

Penso ser necessário um envolvimento de todas as partes (Estado, senhorios, arrendatários ou famílias a precisar de habitação) de forma a conceber as melhores estratégias a aplicar para cada situação específica. Não se deve generalizar. Deve-se simplificar de forma inclusiva.

810 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Embora o NRAU tenha resolvido muitos problemas do arrendamento, ainda há muito para fazer...

819 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

A administração central deve disponibilizar linhas de financiamento, tendo em conta uma hierarquização de concelhos com necessidades habitacionais (em % dos seus habitantes e corrigido pelo IPC concelho respetivo) e os Municípios deverão ser convidados, duas vezes por ano, a apresentar candidaturas para construção/aquisição de habitações, para fins de habitação social, com prioridade para as localizadas nos centros históricos e/ou zonas degradadas das cidades.

837 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Existem muitas questões que não estão dependentes de um sim ou não, ou mesmo da palavra "tendo a". Há situações que têm de ser analisadas através de vários parâmetros.

846 - Mais de 65 anos - Cidade média

Tentei aqui dar a minha opinião. Citando um exemplo concreto. Não o consegui na medida em o inquérito não avançava. Lamentável tive de desistir. Isto só no PS, estou farto de vocês.

849 - Mais de 65 anos - Rural próximo urbano

Esta questão é complicada por que quando se mexe nas leis da habitação vamos sempre “remendar” quando necessitamos de alterações radicais. IMI, IRS das rendas, custos de construção e reabilitação, transparência da atribuição de subsídios ou habitações, apoios solidários externos (guerras), para quando a paz?, são tantos os itens que espero que a sageza socialista melhore em vez de remendar, que é o trivial para mostrar serviço.

850 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado deve ter sempre uma preocupação acrescida para com as famílias e o seu bem estar social.

853 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Gostaria apenas de louvar a iniciativa de implementação deste inquérito de opinião. É uma boa forma de aproximação da política aos cidadãos; e sem grandes custos. Se fosse mais comum, provavelmente a participação dos cidadãos neste tipo de iniciativas iria aumentando gradualmente.

860 - Mais de 65 anos - Cidade média

O interior desertificado pouco precisa de habitações. Elas existem. Estão abandonadas pelo êxodo dos mais novos à procura de melhor vida. São precisas ajudas para a fixação com investimentos para a criação de empregos. Aproveitem o 2020 para esse efeito e bons investimentos. Não abandonem o interior do país com a sua riqueza e muita ainda por explorar.

865 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

A habitação condigna, própria ou arrendada, deve ser um direito do cidadão. Porém, o cidadão deve ser responsável e merecedor desse direito.

869 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado e os Municípios devem ter com objetivo garantir que todos os cidadãos tenham condições de habitação dignas. Para isso devem fazer com que senhorios reabilitem habitações degradadas, cabendo a ambos o dever de regular o mercado de arrendamento. Deve notar-se que muitos arrendamentos não são declarados. (...) Lembro ainda a prática de Jorge Sampaio quando Presidente da CML que promoveu construção de habitação social em espaços municipais.

884 - Pessoa colectiva - Organização partidária

O Estado deve acudir a todas as necessidades urgentes, após verificação e confirmação pelos serviços adequados das reais carências.

886 – Entre 36 e 65 anos - Cidade média

O Estado/ as autarquias deveriam recuperar habitações em aldeias para repovoar, para famílias com crianças com acesso à Habitação Social.

898 - Mais de 65 anos - Mundo rural

O direito a habitação é constitucionalmente previsto pelo que o Estado deve zelar para que todos os cidadãos tenham uma habitação condigna

899 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

É urgente uma Política Nacional de Reabilitação Urbana e não só. De igual modo é imperioso que se reabilitem os Bairros Sociais degradados que existem espalhados pelo País. No entanto, não sou apologista da construção de Bairros Sociais tipo "ghettos", locais de concentração de Pobreza e Marginalidade. Dever-se-á promover a reabilitação de habitações urbanas e rurais para servirem de alojamento social.

904 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado deve ajudar na resolução de carências, também co-responsabilizar o cidadão nos seus deveres.

909 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Concordo totalmente que o Estado apoie a habitação social e directamente as famílias mais desfavorecidas, mas, com total controlo e fiscalização dos seus efectivos rendimentos, pois, casos conheço que tal não se verifica.

958 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

(...) não consigo alugar uma casa. A política do "AL", e dos oportunistas que querem ganhar com o aluguer de Apartamentos a turistas, prejudica todo o mercado de arrendamento. Para uma renda de 450€ ou 500€ T1/T2 exigem 3 meses de renda mais fiador, quando recebo por mês um salário de 550€? Viver em Lisboa, Porto ou Braga, já é para ricos ou Brasileiros. No Algarve nem se fala. Simplesmente não existem! Ou então aluga-se a professores (uma forma de dizer que querem os apartamentos livres durante o verão).

967 - Entre 36 e 65 anos – Grande Cidade

Para promover o arrendamento, o Estado, incluindo os municípios, deve colocar todo o seu património disponível no mercado. Ser um agente activo na oferta, garantindo assim preços dignos para a nossa realidade socio económica. Não pode vender o seu património a particulares. Uma verdadeira política de garantia de instrumentos para prossecução de um direito constitucionalmente protegido. É o único agente que consegue actuar a longo prazo.

970 - Mais de 65 anos - Zona rural mista com indústria

O Estados ou os Municípios devem de obrigar os senhorios a colocar no mercado de arrendamento as ditas casas devolutas obrigando-os caso tenham poder financeiro de as colocar no mercado de arrendamento e se não tiverem poder financeiro serem subsidiados a baixo juros até ao valor total das obras. Esse empréstimo seria reembolsado pelo Estado com uma comparticipação da renda após a mesma ter inquilino.

984 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

As questões da Habitação não são resposta simples e imediata de concordar ou discordar mas sim de uma realidade social de baixos salários e pobre além de sermos um País de Proprietários e onde já há mais casas que pessoas.

986 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Todo o cidadão tem direito a ter habitação. Assim sempre que o tema for tratado, todas as decisões devem estar enquadradas neste pressuposto.

994 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

O Governo PS devia atender à situação dos senhorios idosos (+ 70 anos). P.e., devia apoiar financeiramente, até 50 mil euros por imóvel, juntas de freguesias e municípios na requalificação de imóveis degradados com aptidões habitacionais (mesmo que tenham sido armazéns ou indústrias, no passado), encarregando-se depois as autarquias de colocar no mercado de arrendamento os prédios intervencionados. Nos primeiros 5 anos pós-intervenção, 75% dos rendimentos seriam para remunerar as autarquias.

996 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Habitação acessível deve corresponder a um máximo de 30% do rendimento líquido familiar.

998 - Entre 36 e 65 anos - Mundo rural

Boas condições de habitabilidade é um dos fatores mais importantes para que uma família seja equilibrada e que pratique valores corretos no seio da sociedade onde está inserida. Fundamental na vida e no relacionamento é a perspetiva de casa própria. "Vivemos na nossa casa", "estamos a pagar a nossa casa".

1005 - Mais de 65 anos - Cidade média

Portugal é o Estado membro da União Europeia que menos investe em habitação acessível. O Estado está ausente e não pratica uma política social de habitação. O imperativo constitucional de garantir uma habitação condigna não é cumprido. Com esta proposta as famílias terão de continuar a recorrer ao mercado livre para terem acesso a uma habitação e hipotecarem-se para o resto da vida. Esta proposta é minimalista e não irá resolver o problema.

1006 - Entre 36 e 65 anos –(tipologia não identificada)

Os bairros sociais devem ter rendas conforme o rendimento declarado nas finanças, criamos casas, mas temos um problema, a falta de segurança, estamos a resolver o problema da habitação mas não estamos a resolver o problema da segurança (...) é preciso haver segurança, e sabem perfeitamente que nos ditos bairros sociais é onde há mais consumo de droga.

1011 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

A política habitacional é uma das áreas mais sensíveis da governação. Considero que o investimento prioritário deve ser nas infraestruturas urbanas, e, onde as mesmas existam, não deve ser permitida, como tem sido até aqui, sobretudo nas áreas suburbanas dos grandes centros, a construção anárquica e ilegal, sob a forma de propriedade plena e legalizada, a troco do voto nas eleições.

1013 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

A intervenção do Estado deve procurar assegurar habitação aos mais desfavorecidos, habitação a custos controlados para a classe média, de forma a que esta tenha sempre no seu concelho disponível uma opção deste tipo. Adicionalmente, deve existir habitação a custos controlados para a classe média nos centros históricos das cidades e vilas de Portugal, de forma a combater a desertificação destes locais e alavancar a preservação da identidade histórica de cada centro histórico das cidades e vilas.

1015 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O partido (*socialista*) deve fazer mais consultas com outros temas.

1018 - Entre 36 e 65 anos - Área Turística (Praias)

Uma das Razões Principais que leve um qualquer Cidadão a ter Nobre Actividade de Ser Político é a Missão de Melhorar a Vida de Todos os Outros. O Partido Socialista assenta neste Tripé de Valores - Solidariedade, Amizade e Gratidão. Bom Natal e Bom Trabalho a Todos (...)

1023 - Entre 36 e 65 anos - Mundo rural

Entendo que a oferta de habitação social não pode estar limitada aos grandes centros urbanos. Acho também que o usufruto só deve durar enquanto o beneficiário mantiver as condições de acesso, sendo estas verificadas anualmente.

1030 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Penso que há que ter algum cuidado com os rendimentos que as pessoas declaram em IRS. Há muitas que não têm uma vida melhor porque não querem trabalhar. Conheço muita gente, mesmo nos meios rurais, que recebem o Rendimento de Inserção Social e preferem viver disso do que arranjar trabalho.

1033 - Entre 36 e 65 anos – Aldeia

No que se refere à reabilitação e ou construção de habitações a custos controlados, o Estado e as Autarquias devem dar condições a privados, isentando-os, por exemplo do pagamento de licenças e taxas ou atribuindo um período de carência referente a pagamento de impostos, tendo em conta o investimento feito pelo privado.

1037 - Entre 18 e 35 anos - Zona rural mista com indústria

O Estado e os municípios devem agravar o IMI sobre casas degradadas, sendo que no primeiro ano a % é X, caso o inquilino não resolva a situação, no(s) ano(s) seguinte(s) o valor da % vai aumentando. A par desta medida o Estado e os municípios devem disponibilizar uma verba para ajudar os proprietários a renovarem as suas casas degradadas. Podem atribuir uma verba consoante o local da habitação. Se está num centro histórico, a verba é maior. Devem regular consoante rendimentos do agregado familiar.

1042 - Mais de 65 anos - Cidade média

Maior fiscalização aos senhorios que não passam recibo.

1046 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado tem que responsabilizar eficazmente e penalizar os moradores de bairros sociais que deteriorem as habitações que lhes são atribuídas. Tem que exigir assinatura de contrato onde constem essas responsabilidades e as penalizações em caso de se provar tráfico de drogas, armas e outros ilícitos.

1047 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Camaradas, As perguntas são do Partido Socialista? Não conhecemos a nossa História e Génese? Não se refere uma única vez as Cooperativas e o efeito que tiveram e que podem ter na resolução dos problemas habitacionais e responsabilização/envolvimento dos cidadãos nas soluções. O vosso pensamento é maniqueista, ou Estado ou Capital, e o envolvimento dos cidadãos? E a constituição de Cooperativas? E o legado de António Sérgio? O Partido precisa de mais qualidade e profissionalismo!!

1050 - Mais de 65 anos – Zona nobre

Compete directamente ao Estado, e por via interposta aos municípios, promover habitação social a custos controlados e arrendamento de acordo com o rendimento familiar de forma a que nunca ultrapasse um terço dos seus rendimentos.

1051 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Aplicar em Portugal a lei do País Basco de “Viviendas de Protección Oficial” que obriga promotores privados a construir uma percentagem de habitação a custos controlados, em novas urbanizações/construções, para ser sorteada pelas pessoas com menores rendimentos.

1056 - Mais de 65 anos - Cidade média

Muitas cidades têm prédios muito degradados que devem ser reabilitados.

1057 - Entre 36 e 65 anos – Vila

O direito à habitação deve ser acessível a todas e a todos. As situações de habitação social devem ser constantemente fiscalizadas de forma a aferir as reais necessidades desta.

1061 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

O Estado e o município deviam ajudar as pessoas no pagamento de renda que recebem o subsídio de desemprego (...). O Estado devia abrir mais centros de formação para Adultos com CETs ou EFAs na área da Informática entre outras áreas, há poucos centros de formação do género do CINEL ou do CITEFORMA em Lisboa (centro).

1069 - Entre 36 e 65 anos - Bairro social

Não esquecer que devido à crise (desemprego) existem agregados familiares em situação de extrema carência para fazerem face às mensalidades bancárias. Já para não falar da dificuldade no pagamento do IMI; acrescido do facto de que devia haver uma actualização anual automática do coeficiente de vetustez, o que poderia levar à isenção do mesmo.

1071 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Mais do que promover apoio a habitação o Estado deve fomentar o emprego que cada família por si só consiga autonomia necessária para uma vida digna.

1072 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

É imperial e fundamental que o Estado adote medidas de apoio para todos os seus cidadãos, já que é para esse fim que existe, a dignidade humana e o direito de qualquer cidadão ter um teto de abrigo deve ser sempre a mais alta patente e o valor da vida para qualquer ser humano, não obstante (*ter*) de ser tudo conduzido com o máximo rigor e apreciação, como todos sabemos "cada caso é um caso" e só com um elevado sentido de Estado e máxima responsabilidade se consegue abrigar e ajudar os nossos pares.

1081 - Mais de 65 anos - Cidade média

O desaire do socialismo europeu e particularmente o suicídio do PS francês, é o resultado do (*não*) empenhamento na resolução dos problemas do dia a dia. O Estado deve não ter medo de construir casas de aluguer moderado, com boa isolamento fónica e térmica. O Estado não deve ter medo de mandar construir, não deixar o privado tomar conta da economia e ditar uma escolha de sociedade sem ter em conta a solidariedade.

1082 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

A renda das habitações saírem diretamente dos RSI das pessoas que os recebem e ajudarem os jovens que querem começar uma vida nova.

1091 - Mais de 65 anos - Cidade média

A minha opinião está plasmada nas respostas anteriores. Apenas me parece que estas questões devem ser mais da responsabilidade dos Municípios que do Estado, embora este possa ajudar em situações extremas e/ou calamidade.

1097 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Bom questionário.

1099 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Embora o Estado e a rede social tenham um papel preponderante nesta questão da política habitacional, é mais relevante envolver as pessoas que necessitam na consciencialização e responsabilização por aquilo que o Estado lhes proporciona, ou seja, quem beneficiar de direitos, deve igualmente cumprir os seus deveres, nomeadamente em zelar pelo bem que não é seu e que é pago com o dinheiro de todos.

1120 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Por princípio, não concordo com subsidiodependência, o que é obtido sem esforço nunca é valorizado, é sim desperdiçado e desleixado, pelo que, qualquer apoio deve ser atribuído exigindo sempre uma taxa de esforço aceitável, razoável, sensata, equilibrada, suportável pelo beneficiário, mas, que seja um objetivo a atingir. Sou muito céptico quanto à eficácia dos subsídios, desde logo, porque o mercado tende a absorver o subsídio, isto é, grande parte do subsídio é sempre sorvido pelo senhorio.

1129 - Entre 36 e 65 anos - Zona residencial e serviços

Mais que reduzir tributação para senhorios. Deverá ser aumentada a tributação para quem coloque imóveis em alojamento local e o Estado deve intervir na habitação de arrendamento construindo e colocando no mercado de arrendamento habitação a custos acessíveis (até 30% do rendimento médio das famílias portuguesas)

1132 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado, principalmente os Deputados deviam apoiar e pensar mais em quem vota neles. Quando se reformam deviam deixar o lugar e quem quiser trabalhar apenas receber o ordenado mínimo nacional para entender o que é viver com pouco e não receber mundos e fundos, muitas vezes sem voltarem a visitar os Distritos por onde foram eleitos e até na Assembleia da República muitas vezes não comparecem para andarem a trabalhar para outros lados.

1140 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

As rendas praticadas em cidades como Lisboa e Porto estão a atingir valores indecentes para um país que se quer justo, democrático, harmonioso!

1142 - Entre 18 e 35 anos - Mundo rural

Não se pode dar tudo de mão beijada, as pessoas acomodam-se, não dão o devido valor.

1148 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Promover o interior para viver, também existe casas para arrendar.

1149 - Entre 36 e 65 anos - Mundo rural

O Estado deve ajudar apenas em situações de emergência.

1153 - Entre 36 e 65 anos - Mundo rural

O Estado e os municípios devem ajudar sempre na medida do possível, verificando e certificando-se que as famílias com dificuldades não possuem efectivamente outras fontes de receita eventualmente não declaradas.

1158 - Entre 36 e 65 anos – (Tipologia não identificada)

Um aspecto muito importante na minha opinião, é que o Estado dever exercer melhor a sua ação em todos os aspectos e deve empreender rapidamente medidas de apoio ao interior do país. O Estado deve apoiar em larga escala o povoamento do interior, aldeias rurais, vilas, pequenas cidades (por ex: Portalegre, Abrantes), estamos a "matar" gerações e a depauperar o país. Têm de ser aplicadas rapidamente medidas

de compensação... tentar atrair população das grandes cidades para o interior é fundamental!!

1159 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Todos têm direito a ter um teto pois todos merecem ter direito à sua dignidade

1160 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado e os municípios não devem ser os únicos a ter responsabilidades nos problemas descritos com a habitação. Os cidadãos devem ser mais ativos/participativos e organizados bem como o tecido empresarial (embora fragilizado) no apoio a situações problemáticas dos seus trabalhadores e/ou sociedade envolvente. O Estado deve melhorar bastante a capacidade de fiscalizar e analisar devidamente todos os processos de solicitações de ajuda por parte da sociedade para evitar abusos nos apoios.

1181 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Sou militante do PS (...) e este tema é muito importante para mim. Faço parte do grupo de Portugueses que entregou a casa ao Banco derivado à crise. Desejo os maiores sucessos e felicidades nesta área tão importante.

1190 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

Considero que o que está em causa não é propriamente a necessidade de apoio, mas sim a construção de políticas que regulamentem a situação. O Estado deve apoiar as famílias com necessidades, mas também as deve incentivar a melhorarem a sua condição, de modo a que a situação não se torne permanente e passe de pais para filhos.

1194 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Sou a favor de que existam as habitações sociais, mas acho que deveria existir fiscalização às habitações e partes comuns, porque uma grande parte dos moradores não zelam pelo espaço que lhes é atribuído. Bem como acho que deveriam atribuir essas habitações sociais a quem realmente precisa e merece e lhes seja atribuída a tipologia de acordo com o agregado familiar.

1198 - Entre 36 e 65 anos – Aldeia

A pergunta 17 (O Estado e os municípios devem promover políticas de apoio à habitação nas aldeias do interior e no espaço rural) é para mim a mais importante: é preciso povoar e dar muito mais vida às nossas aldeias. Temos de motivar as pessoas a viver nas aldeias. Mas só a habitação não basta, pois falta o trabalho. Temos de trabalhar em conjunto.

1202 - Mais de 65 anos - Zona rural mista com indústria (turismo)

Independentemente do estado social, credo ou religião, todo o cidadão deve ter direito à sua habitação condigna.

1214 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Uma Política de Habitação, para ser eficaz, deverá ser flexível ao ponto de poder ser adaptada ao contexto local/regional e prever a possibilidade de articulação com Políticas de Educação e Políticas de Emprego já que o acesso a habitação tem determinantes distintas de região para região. Nas questões não estão contempladas alterações aos modelos de financiamento bancário que pudessem induzir maior dinamismo no mercado de aquisição e arrendamento.

1238 - Entre 18 e 35 anos - Mundo rural

O papel do Estado nos centros de dias e lares, na grande parte são geridos por Padres, deviam ser geridos pela tutela e não passarem a propriedades do clero. Em muitos casos, são construídas estruturas com

grande parte do dinheiro de associados, mais o Estado, e construídos em terrenos que não pertencem ao Estado. A aposta deve ser feita, por quem investe, ou seja, pelo Estado.

1247 - Mais de 65 anos - Centro histórico

O Estado deve assegurar, quando tal não esteja ao alcance dos municípios em causa, o direito à habitação. Uma política de fomento deve privilegiar o arrendamento relativamente à aquisição de habitação, com forte ligação aos valores das rendas/rendimentos do agregado apoiado. O apoio do Estado deve dar prioridade ao uso de uma política fiscal em detrimento de qualquer outra.

1294 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Estado + Autarquias devem Promover a Habitação de Arrendamento Acessível, à Maioria dos Cidadãos.

1296 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Antes de se oferecer qualquer benefício deve-se fiscalizar a pente fino e exigir ao candidato a beneficiário de apoio estatal e seus familiares diretos, o acesso a todos os dados fiscais e económicos de cada um - contas bancárias, registos prediais, rendimentos estrangeiros, conservação dos imóveis, etc.

1339 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Quando falamos de Estado falamos de todos nós contribuintes. Pois bem, os municípios, que conhecem toda a sua população residente para ganhar votos em tempos eleitorais, também devem conhecer e ser responsabilizados pela maneira como os seus munícipes vivem, e habitam. Veja-se o que aconteceu com os incêndios, responsabilizar o Estado (logo todos nós) pelo que aconteceu, é fácil, quando compete a estes zelar pelo cumprimento da lei em todas as suas vertentes.

1340 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

É indispensável promover o envolvimento das pessoas (inquilinos, senhorios, etc) na implementação de programas de habitação, sejam eles de que tipo for.

1342 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado é uma entidade pública central e abstrata: as responsabilidades devem ser REPARTIDAS com os municípios/autarquias, com CO-FINANCIAMENTO de ambas.

1351 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

Deve de haver mais facilidades porque os ordenados são baixinhos.

1357 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Creio que o alojamento local e a compra de imóveis por empresas de investimento para fins turísticos devem ser dificultados, porque estão entre as principais causas da presente especulação.

1359 - Entre 36 e 65 anos - Mundo rural

O Estado deve ter uma política de habitação social que assente: na proteção das famílias carenciadas; na reabilitação urbana e na sustentabilidade do meio rural, através da criação de mecanismos/políticas públicas que promovam a resiliência do mundo rural, preservando o ambiente, promovendo a saúde, o bem estar e a sustentabilidade económica.

1370 - Entre 36 e 65 anos – Bairro misto na zona central fora do centro histórico

É de louvar uma nova política pública social de habitação, indo além da habitação social. Competirá enquadrá-la no contexto de outras políticas públicas (saúde, educação, mobilidade), para que não se comprometam os seus efeitos. Faltará ponderar o resultado de observatórios e de instituições académicas,

bem como de ONG's e outros actores que estão no terreno, para que não haja invisibilidades ou escamoteamentos.

1372 - Entre 36 e 65 anos - Mundo rural

O Estado deve ter uma intervenção facilitadora de arrendamento, por forma ao inquilino e o senhorio estarem ambos protegidos. O senhorio só arrenda se tiver confiança que vai receber. Os inquilinos deveriam fazer um seguro (copiar o modelo Francês), no caso de um imprevisto era este que pagaria a renda. Assim os valores das rendas baixariam.

1375 - Mais de 65 anos - Centro histórico

É importante a consulta pública

1377 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

Mais do que propostas e investimentos em rendas sociais temos é de lutar para que remuneração dos trabalhadores permita a si e à sua família ter condições de vida dignas permitindo-lhes acompanhar a inflação dos preços das habitações quer por arrendamento quer por compra.

1379 - Entre 36 e 65 anos - Mundo rural

O agregado familiar deve agir de forma a criar condições para ter uma habitação. Não pode ser o Estado a resolver os seus problemas. A falta de condições socioeconómicas de muitas famílias é principalmente a falta de conhecimentos de gestão de um orçamento familiar. Assim, para colmatar este problema deveria ser ministrada na escola uma disciplina que poderia chamar-se cidadania, onde seria ensinado o assunto atrás mencionado, assim como muitos outros assuntos para o bem do cidadão e do País.

1380 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

A nossa juventude tende a ficar solteira e nas casas dos pais, por falta de condições financeiras e laborais, principalmente no Algarve já que só têm trabalho 5 meses por ano (verão) e as rendas e compra de casa serem completamente inacessíveis.

1387 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

A habitação é um direito Constitucional. O Estado deve apoiar os Cidadãos com menos recursos a verem satisfeito este direito, seja através de habitação própria ou alugada.

1391 - Entre 36 e 65 anos - Bairro precário ou AUGI

Penso que existem muito mais pontos a focar em relação ao assunto habitação.

1392 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

A habitação social deve fazer parte de uma resposta integrada com outras respostas sociais que normalmente estão associadas a esta necessidade.

1395 - Mais de 65 anos - Cidade média

Situações de emergência - 18 (O Estado deve assegurar respostas públicas imediatas e urgentes em situações de catástrofe) e 19 (O Estado deve assegurar respostas públicas imediatas e urgentes a pessoas atingidas por guerras nos seus países de origem) - estudar cada caso. 20 (O Estado deve assegurar respostas públicas imediatas e urgentes a famílias carenciadas em situação de despejo) concordo temporariamente; 12 (Para promover o arrendamento, o Estado deve apoiar os inquilinos com rendimentos mais baixos ou médios) estudar os casos.

1497 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

Fundamental é promover o arrendamento, tanto no apoio ao senhorio, como dos direitos do arrendatário!

1503 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado também não pode ser responsável por tudo. Dever-se-á responsabilizar as pessoas.

1511 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado deve apoiar e criar condições para os mais carenciados mas com elevado controle da evolução da situação e o apoio não deve ser a título definitivo!

1551 - Entre 36 e 65 anos - Mundo rural

Promover o cooperativismo habitacional é importante e urgente.

1558 - Entre 36 e 65 anos - Zona rural mista com indústria

Parabéns pela iniciativa, deve repetir-se em mais dimensões.

1572 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Para promover o arrendamento seria útil poder amortizar o investimento em 20 anos em vez dos 50 actuais.

1585 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Questionário redutor: induz a respostas "possíveis", porque não prevê algumas soluções "óbvias".

1590 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Há algumas perguntas discutíveis em relação aos deveres do Estado.

1600 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Esqueceram-se de perguntar: 1) acha que a lei "Cristas" do arrendamento contribuiu para muitos despejos?
2) Acha que o Alojamento Local e os seus fundos investidores contribuíram para muitos despejos?

1609 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado e os Municípios devem tudo fazer para mitigar os problemas habitacionais, que ainda são muitos.

1622 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Com o PS estou convicto que o nosso País terá finalmente uma política habitacional que termine de vez com o entorse habitacional salazarista.

1630 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado deve assegurar o bem-estar de todos os portugueses mais desfavorecidos.

1644 - Entre 18 e 35 anos - Bairro social

O Estado deve assegurar uma lei que beneficie ou penalize os inquilinos consoante é o tratamento dado às habitações sociais e/ ou Bairros Sociais.

1649 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

São urgentes políticas de apoio à fixação de pessoas nos bairros históricos da cidade.

1652 - Entre 18 e 35 anos - Bairro precário ou AUGI

Reconstruir; reabilitar; renovar antes de construir algo novo e desnecessário.

1657 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Estes inquéritos são importantes para uma melhoria da cidadania.

1662 - Entre 36 e 65 anos - Bairro social

Não comento! O inquérito por si só chega!!

1708 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado não é Deus.

1713 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

A especulação tem atirado os jovens e os Lisboaetas para fora da cidade. O alojamento local tem de ser controlado e em ligação com as Juntas de Freguesias.

1797 - Entre 18 e 35 anos - Centro histórico

A habitação é um direito fundamental, o Estado deve criar soluções para que os seus cidadãos não careçam deste direito.

1798 - Entre 18 e 35 anos - Mundo rural

Deve haver incentivo ao investimento e à compra através da redução do IMI e de arrendamento. Alargar o rendimento mensal e promover programas de incentivo que fixem as pessoas profissionalmente (estabilidade profissional).

1799 - Entre 36 e 65 anos - Mundo rural

Eu daria especial relevo para a questão 17 (O Estado e os municípios devem promover políticas de apoio à habitação nas aldeias do interior e no espaço rural), ou seja, procurava evitar a desertificação das áreas rurais fomentando o apoio à habitação nas zonas rurais.

1800 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Concordo mas devem dar mais atenção às zonas rurais e centros históricos, pois daí resulta a identidade deste país.

1801 - Entre 36 e 65 anos - Mundo rural

Saneamento nas zonas rurais para manter a identidade nacional.

1802 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Uma nova política de habitação deve abordar e ter propostas e medidas específicas para os centros urbanos e históricos.

1803 - Entre 18 e 35 anos - Mundo rural

Deve ser promovida legislação para maior segurança e salvaguarda da vida humana em edifícios, bem como na salubridade, implantação, exposição solar, utilização de materiais, etc.

1804 - Entre 18 e 35 anos - Zona rural mista com indústria

Promover a reabilitação de edifícios existentes em vez de construir novos e criar condições e apoios de incentivos para os jovens poderem adquirir um espaço para construir família, construir futuro.

1805 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Atribuir casas a maiores que vivem em casa dos pais já idosos de favor, para melhor integração na sociedade.

1807 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Muita casa está velha.

1808 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Estou em acordo com este modo de consulta aos cidadãos sendo um tema por demais importante para a vida da comunidade.

1809 - Entre 36 e 65 anos –(Tipologia não identificada)

Apoiar pessoas desintegradas, mesmo que vivam em casas com condições, mas que não são suas.

1810 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

Na minha opinião deverá ser dada prioridade à habitação a custos controlados (arrendamento), uma vez que habitação social é acessível apenas a agregados familiares com poucos recursos.

1811 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Deverá existir uma maior fiscalização nos conjuntos habitacionais, no sentido de zelar pela manutenção das habitações sociais existentes.

1812 - Entre 36 e 65 anos – Centro da cidade

O valor médio de arrendamento no concelho de Tavira duplicou de há 2 anos para cá, é um exagero face aos vencimentos que a classe média tem actualmente.

1814 - Entre 36 e 65 anos - Bairro precário ou AUGI

Quero uma casa.

1815 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

O Estado deve promover novas habitações através do apoio ao cooperativismo.

1816 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Felicitar o governo pela criação de uma Secretaria de Estado da Habitação.

1817 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Há muitas pessoas a precisar de habitação e muitos imóveis degradados e emparedados que podiam ser utilizados para retirar as pessoas da rua.

1818 - Entre 36 e 65 anos – Bairro predominantemente residencial

Penso que a questão 7 (O Estado deve disponibilizar informação pública sobre os valores de compra e de arrendamento no mercado de habitação) deve ser melhor analisada para evitar um mercado imobiliário especulativo.

1819 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Penso ser urgente o apoio de habitação a custos controlados.

1820 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado deve ter respostas para prevenir e acudir as situações de emergência. Garantir informação aos reais necessitados.

1821 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

Mais divulgação.

1822 - Entre 18 e 35 anos –(Tipologia não identificada)

Ponto 16 (O Estado e os municípios devem estimular a participação das associações e comissões de moradores na resolução dos problemas dos respectivos bairros) - Para bairros que tenham uma associação ou comissões de moradores o Estado devia apoiar mais este tipo de entidades dado que as pessoas destas associações sabem melhor que ninguém os problemas e as possíveis resoluções dos mesmos.

1823 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Devemos pensar (em) quem necessita de alojamento. As minorias face à maioria. Impossível encontrar alojamento. Emergência no Algarve.

1824 - Entre 18 e 35 anos–(Tipologia não identificada)

A minha barraca ardeu em 2014. Como o Estado não conseguiu realizar a pergunta 18 (O Estado deve assegurar respostas públicas imediatas e urgentes em situações de catástrofe), estou hoje em 2017 a reconstruir a minha barraca (portanto não existe serviço social do Estado).

1825 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

Relativamente às situações de emergência referidas penso que é da responsabilidade do Estado assegurar prevenção e planos de contenção.

1826 - Entre 36 e 65 anos - Zona rural mista

O Estado deve valorizar muito mais políticas de subsidiação das rendas em detrimento da aposta na construção de mais habitação social.

1827 - Entre 36 e 65 anos – Mundo rural

Mais do que atribuir casas, deve-se tratar de arranjar emprego que permita as pessoas ajudadas a pagar conforme as suas possibilidades, sentir-se útil e activo.

1828 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Apoio financeiro a jovens que se proponham reabilitar um imóvel.

1829 - Entre 18 e 35 anos -(Tipologia não identificada)

O "Estado" deveria vir ao terreno e conhecer de perto as reais necessidades da população e agir sobre tal, de forma a que as mesmas tenham resolução pois neste momento não existe essa interacção integrada entre o "Estado" e o cidadão.

1830 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado deve ter políticos mais responsáveis e menos corruptos.

1831 - Mais de 65 anos - Cidade média

Um estado social só pode ser um estado responsável.

1832 - Mais de 65 anos - Zona rural mista com indústria

Estou de acordo com a ideia.

1833 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado e os municípios devem apostar em formação às famílias para que estas tenham capacidade em responder as necessidades e estejam à espera que os outros resolvam.

1834 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

O Estado e os municípios, como grandes proprietários devem promover a requalificação urbana e arrendar as suas propriedades.

1835 - Entre 36 e 65 anos - (Tipologia não identificada)

Vaião trabalhar

1836 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

Promover a reabilitação urbana de maneira a diminuir o nº de casas devolutas. Criar programa de incentivo aos jovens na reabilitação das suas casas.

1838 - Entre 36 e 65 anos - (Tipologia não identificada)

Na minha opinião penso eu penso que a Câmara Municipal deve ajudar mais as pessoas de bairros problemáticos.

1839 - Entre 36 e 65 anos - (Tipologia não identificada)

Há mais de 7 anos que peço casa, sou morador há 40 anos no bairro, pessoas com 3 anos de bairro já tiveram casa.

1840 - Entre 36 e 65 anos - Zona rural mista com indústria

Deve promover-se nos inquilinos de habitações sociais a ideia que a habitação social só o será se existir a necessidade premente.

1841 - Entre 18 e 35 anos - Bairro predominantemente residencial

Sem dúvida que baixar os impostos sobre os senhorios que pratiquem arrendamento de longa duração vai promover o arrendamento. Aumenta o número de casas disponíveis e possibilita aos senhorios realizarem obras de melhoramento nas habitações promovendo a qualidade habitacional e a dignidade do património.

1842 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

Com curiosidade quero e vou verificar o impacto e direcção/uso destes dados.

1843 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Atribuição de casas nos bairros sociais deve pautar pela pluralidade de origens étnicas e cultural - evitar bairros segregados.

1844 - Entre 36 e 65 anos - Bairro social

É o dever do Estado dar habitação social a pessoas com poucas possibilidades. A política da Europa é não à Barraca????

1845 - Entre 36 e 65 anos - Centro histórico

Deve ser imposto com carácter de urgência quotas por freguesia para o alojamento local.

1846 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Todos os beneficiários de habitação municipal deveriam ter o dever de fazer trabalho comunitário e social como forma de compensação.

1847 - Mais de 65 anos - Bairro social

A habitação municipal deve apresentar-se cuidada, não havendo lugar a mudança se a que habita estiver descuidada.

1848 - Entre 18 e 35 anos - Cidade média

Das perguntas 14 a 20 (“Responsabilidades públicas” e “situações de emergência”) as respostas vão ser quase sempre as mesmas, não tem muita relevância para este estudo. Pensem nisso para a próxima...

1849 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Tem de haver medidas penalizadoras para quem reside em habitações sociais e não as preserva. O mesmo se aplica a quem também degrada o espaço público desses bairros.

1850 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Parabéns pelo trabalho desenvolvido objectivando a concretização de uma nova geração de políticas públicas de habitação. A habitação tem de deixar de ser o parente pobre das políticas sociais.

1851 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

O Estado tem o dever de ser social, porém o privado tem a obrigação de não extrapolar os valores de mercado com especulação. O sector do arrendamento devia ser regulado.

1852 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Muito urgente a criação de uma lei de bases de habitação forte e abrangente.

1853 - Mais de 65 anos - Cidade média

Este governo prorrogou o prazo para mais 5 anos nos inquilinos, que na altura da mudança da lei não tinham 65 anos de forma aos senhorios passarem a renda livre. Pergunta: Ao chegar a 2023 posso ter o meu contrato caducado e sujeito ao que o senhorio quiser? Nessa ocasião pela idade e pelos valores posso não conseguir suportar.

1854 - Entre 36 e 65 anos - Bairro social

Devem estimular-se os inquilinos o referente ao cuidado de conservação da casa onde vive.

1855 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Ter um lar é um direito de garantir dignidade. É mais do que uma casa, mas sem ela não há lar que se construa.

1856 - Entre 18 e 35 anos - Zona rural mista com indústria

Fraco questionário pois não permite completar as afirmações e justificar as respostas.

1857 - Mais de 65 anos - Centro histórico

Questionário bem elaborado.

1858 - Mais de 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Existindo casas devolutas anos a fio, as autarquias deveriam tomar posse administrativa das mesmas a fim de serem alugadas a custos controlados.

1859 - Entre 36 e 65 anos - Bairro predominantemente residencial

Em Lisboa ou Porto há ruas com habitações desabitadas e degradadas. Devem ajudar os senhorios para resolver o problema.

1860 - Entre 36 e 65 anos –(Tipologia não identificada)

Espero que a situação deverá ser tida como situação emergente porque muitas famílias carecem e é premente a situação habitacional.

1861 - Entre 36 e 65 anos - Cidade média

Entendo que de facto deve ser legalizada uma política de habitação onde os mais desfavorecidos devem merecer especial cuidado bem como os senhorios devem ser apoiados através de uma política fiscal adequada para rentabilizar o parque habitacional devoluto (que é imenso).

1862 - Mais de 65 anos - Centro histórico

É de lamentar que ainda existam tantos sem-abrigo, em pleno século XXI.

1901 – (Escala etário não identificado) –(Tipologia não identificada)

Quantas mais sugestões mais fácil será chegar mais longe e melhor

1963 - (Escala etário não identificado) –(Tipologia não identificada)

O governo tem de reiniciar também uma política de realojamento para a habitação que é ainda precária e os bairros de génese ilegal que não foram recuperados nos PDM.

1970 - Entre 18 e 35 anos- (Tipologia não identificada)

Quero mais casas.

2022 - Mais de 65 anos - Zona rural mista com indústria

Devia-se alargar o PDM a fim de poderem construir mais nas aldeias onde já há infraestruturas.

2042 – Pessoa colectiva – Associação de moradores

Consideramos também que a sociedade civil pode e deve ter iniciativas e participação nas competências e respostas prioritariamente são atribuídas ao Estado e às autarquias.